

AVIRTÙ E FORTUNA EM MAQUIAVEL

VIRTÙ AND FORTUNE IN MACHIAVELLI

Miquéias Serrão Marques 1
Hosana Oliveira de Andrade 2

Resumo: No presente estudo analisamos as concepções de virtù e fortuna discutidas por Maquiavel ao longo de *O Príncipe* e os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio – os Discorsi*. O questionamento que orientou a escrita deste artigo foi saber se as concepções de virtù e fortuna utilizadas nas duas referidas obras apresentam as mesmas conotações e características. Argumentamos que em *O Príncipe* a virtù refere-se às qualidades políticas e morais do governante enquanto que no *Discorsi* a virtù também se manifesta no povo. Na leitura do *Discorsi* o foco de análise é a república romana e as constantes discórdias sociais existentes entre a plebe e a nobreza. Em *O Príncipe* a fortuna impõe obstáculo à ação política do governante e no *Discorsi* também impõe dificuldades à ação política do povo. Exploramos as características da virtù do legislador e do povo e a influência da fortuna no exercício do poder político do governante e da ação em conjunto dos cidadãos. O príncipe vive seus dias de glória ao ordenar um Estado duradouro capaz de proteger seus cidadãos contra os inimigos estrangeiros, garantindo-lhes segurança e paz, enquanto que a virtù do povo é indispensável para assegurar participação política e liberdade cívica.

Palavras-chave: Virtù. Fortuna. Principado. República. Estabilidade.

Abstract: In the present study we analyze the conception of virtù and fortune discussed by Machiavelli along *The Prince* and the *Discourses on the first decade of Titus Livius – the Discorsi*. The questioning that guided the writing of this article was to know if the conceptions of virtù and fortune used in the two aforementioned works present the same conceptions and characteristics. We argue that in *The Prince* the virtù refers to the political and moral qualities of the ruler while that in *Discorsi* the virtù also manifests itself to the people. In reading *Discorsi* the focus of the analysis it's the roman republic and the constants social discords between the people and the nobility. In *The Prince* the fortune imposes obstacle to the ruler's political action and in *Discorsi* also imposes difficulties to the people's political action. We explore characteristics of the legislator and people's virtù and the fortune's influence in the exercise of ruler's political power and the joint action by citizens. The prince lives his glory days ordering a lasting State capable of protecting citizens against foreign enemies, assuring them security and peace, while the people's virtù is indispensable to ensure political participation and civic freedom.

Keywords: Virtù. Fortune. Principality. Republic. Stability.

1 Mestre em Ciência Política (PPGCP-UFPA). Sociólogo da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS/PMM).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7900715076078166>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1859-7824>. E-mail: serraosms@gmail.com

2 Mestranda em Educação (PPGED/UNIFAP). Professora de Filosofia da Rede Estadual de Ensino (EED/AP).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7439678867139880>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9659-6651>. E-mail: hosanapo@bol.com.br

Introdução

O poder suscitado pelo mundo da política resulta de um conjunto de ações realizadas por homens que buscam prestígio, honra e glória. Para Maquiavel, a política enquanto capacidade humana de ação no tempo é uma força histórica que assegura a existência das sociedades, permitindo que o poder se manifeste entre os indivíduos e suas instituições políticas. Assim, a arte política está voltada para a autorrealização da humanidade e é nessa dinâmica marcada por ciclos, rupturas e transitoriedades que as sociedades adquirem a capacidade histórica de se reinventarem mediante a manifestação do poder circunscritas nas relações sociais.

Aqueles que desejam exercer o poder, isto é, governar uma cidade, devem ter em mente que o sucesso, a honra e o reconhecimento histórico – a glória – resultam de um conjunto de qualidades e estratégias políticas que Maquiavel chamou de *virtù*. A posse deste conjunto de habilidades permite ao governante (príncipe) conservar sua dominação e imprimir rumos seguros à cidade. Caso contrário, a fortuna, que são as contingências, vicissitudes e a sorte, demonstrarão sua potência e pode levar o príncipe a encerrar seu ciclo de poder e, até mesmo, conduzir o Estado a degeneração.

Deste modo, buscamos analisar se a concepção de *virtù* e de fortuna com a qual Maquiavel trabalha é empregada com a mesma conotação em dois dos seus principais tratados: *O príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio - Discorsi*. Argumentamos que em *O Príncipe* a *virtù* refere-se às qualidades políticas e morais do governante e no *Discorsi* a *virtù* é a habilidade política que também pode se manifestar no conjunto dos cidadãos de uma república. Em *O Príncipe* a fortuna impõe limites à ação política dos governantes e no *Discorsi* impõe obstáculos à ação política do povo e às instituições.

A referida discussão teve por base a leitura integral de *O Príncipe* e do livro I do *Discorsi*. Trouxemos as abordagens de alguns intérpretes, dentre eles: Skinner (1996), Pocock (2002), Strauss (1958), Bignotto (1991), Gaille-Nikodimov (2008), Adverse (2009) e Silva (2013). Argumentamos que uma comunidade política governada por um estadista virtuoso – no sentido de *virtù* – tem a possibilidade de superar os obstáculos que atentam contra sua segurança e estabilidade, visto que, o legislador virtuoso é aquele que consegue decifrar a linguagem da história e perceber se os eventos que se aproximam serão benéficos ou não ao seu governo e ao conjunto dos cidadãos. Ao demonstrar esta habilidade, o mesmo é capaz de agir com cautela ou audácia, utilizando-se da força do “leão”, da astúcia da “raposa”, da dissimulação e de eventuais leis quando as circunstâncias assim exigirem.

Quanto à *virtù* do povo, esta é indispensável para assegurar liberdade cívica e ordenar instituições virtuosas. O povo conquista a glória cívica ao enfrentar as adversidades da fortuna e ao edificar uma república capaz de prolongar seus ciclos de vida. Para o filósofo florentino, a república romana – constituição mista – é o exemplo paradigmático capaz de nos apontar o quanto foi decisiva a participação do povo no processo de ordenação daquele regime.

A concepção de *virtù* em *O príncipe*

Durante a Roma clássica, a Fortuna, Deusa considerada a filha de Júpiter, foi concebida como a responsável pela felicidade e bons resultados dos “negócios humanos” (SKINNER, 1996, p. 116). Porém, para que os projetos humanos fossem realizados, a deusa deveria ser cortejada e constantemente presenteada, já que seu ímpeto era em grande parte oposto às aspirações humanas. A Deusa era responsabilizada pela sorte e o destino, capaz de criar vicissitudes que poderiam ser contrárias aos desejos humanos. Por isso, ela foi adjetivada como a Deusa do acaso e comparada a uma roda que gira em ritmo acelerado e capaz de controlar o tempo, a vida e a morte das pessoas (POCOCK, 2002, p. 122). A figura 1 publicado em Augsburg em 1946, demonstra esta simbologia circular e temporal da Fortuna:

Figura 1. “Versino de la Torre de la Fortuna”



Fonte: GARCÍA (1999, p. 311).

Ao meio da roda, a Fortuna representa a mudança cíclica do tempo, controla sua velocidade, o curso da vida e o tempo de vida dos mortais. A Deusa seria a responsável de girar a roda da vida, por tal razão, também é comparada a ação do tempo, capaz de interferir na trajetória de vida e agir a favor ou contra os desejos humanos (GARCÍA, 1999, p. 311).

Com o advento do humanismo cívico, durante a renascença tardia, alguns filósofos florentinos retomaram diversas discussões clássicas na qual se destacava a noção de *virtus* (virtude) e fortuna (Skinner, 1996, p. 139). Estes pensadores acreditavam que os projetos humanos poderiam sofrer interferência direta da fortuna. Porém, as ações humanas poderiam se tornar efetivas a partir do momento que os homens utilizassem de maneira hábil suas virtudes, o que os levariam a imprimir rumos seguros aos seus destinos. Assim, a fortuna deixaria de exercer toda sua força e imponência enquanto Deusa, tornando-se apenas mais um obstáculo suscetível de relativa superação a partir do momento que surgissem homens capazes de lhe impor limites.

A noção de virtude foi recuperada da visão ciceroniana, que se baseava nas seguintes proposições: a) a excelência nas ações pode ser aperfeiçoada, pois os desafios impostos pelo acaso poderiam ser parcialmente superados de acordo com os desejos humanos; b) tal grau de excelência é conquistado através da instrução educacional, e, c) esta educação deve centrar-se no estudo dos filósofos da antiguidade e da retórica (SKINNER, 1996, p. 109). Assim, ao colocá-las em prática surgiriam possibilidades para os homens exercerem suas liberdades e superarem os obstáculos impostos pela fortuna. Esta ideia abriu caminho para que os humanistas florentinos defendessem o argumento segundo o qual o homem é a “medida de todas as coisas”, capaz de impor limites ao acaso e agir com excelência em todos os seus empreendimentos.

Uma vez munido de seus poderes criativos, os homens não ficariam mais submetidos aos desígnios do acaso, pois o legítimo homem de *vir virtutis* (homem de virtude) teria habilidade suficiente para imprimir ritmo próprio à história (SKINNER, 1996, p. 121). Nesse mesmo período surgiu um novo gênero de reflexão moral e política, o chamado livro de “conselhos dos príncipes”. Livro de aconselhamentos que buscava ensinar qual a melhor tática a ser utilizada por aqueles que desejam governar uma cidade (Bignotto, 1991, p. 116). O livro de *speculum principis*, como também era chamado este gênero literário, colocou a noção de *virtus* no centro de suas discussões. São esses valores de imposição humana sobre a força das contingências que influenciaram a produção intelectual de Maquiavel. Esses fundamentos filosóficos permitiram ao cidadão florentino colocar a ação política no *locus* de suas reflexões.

Nesse contexto, Maquiavel destaca no capítulo 1 de *O príncipe* que independente de ser principado ou república, os Estados “podem ser conquistados com armas dos outros, com as próprias, ou ainda graças a um destino propício, ou mediante dotes pessoais” (MAQUIAVEL, 1973, p. 11). Ou seja, as “armas próprias” e os “dotes pessoais” dos quais relata o florentino é a ação política virtuosa, através da qual o legislador poderá conquistar e conservar o poder. Interessante observar que Maquiavel utilizou-se da concepção de *virtù* justamente para diferenciá-la da noção de virtude desenvolvida por Santo Agostinho e pelo espelho dos príncipes que eram recorrentes na época.

Nos argumentos de Maquiavel, a *virtù* são as qualidades, habilidades ou capacidades necessárias para conquistar um Estado e conservá-lo. Notamos que a discussão que emerge desta concepção, e que é uma preocupação central nos escritos do florentino, é a necessidade de o príncipe edificar um Estado com ciclos de vida duradouros. Porém, este grande trunfo histórico exige do governante o emprego de suas armas, sem as quais tanto seu poder quanto o destino da cidade podem ficar ameaçadas. As táticas utilizadas pelos grandes líderes ao longo da história, as quais Maquiavel pôde observar e estudar, nem sempre eram aquelas apreciadas pela moralidade cristã e pelas “virtudes principescas” da época, quer dizer, a liberalidade, a clemência e a fé, no geral, não foram os valores que nortearam a ação dos grandes príncipes que a história já nos ofereceu.

Aqui é válido observar um ponto de ruptura destacado por Maquiavel em relação aos valores que regem o universo da política: o príncipe que tentar conduzir seu território, tendo apenas como espelho de orientação os valores judaico-cristãos, estará condenado ao fracasso, pois em muitos casos, para conservar o Estado e mantê-lo em ordem e seguro, deverá agir contra a lealdade, a caridade e os valores religiosos. O próprio título de alguns capítulos de *O Príncipe* faz referência a esta ruptura maquiaveliana. É o que se pode observar no capítulo 16 intitulado “Da liberalidade e da parcimônia”; capítulo 17 “Da crueldade e da piedade – se é melhor ser amado ou temido” e capítulo 18 “De que forma os príncipes devem guardar a fé”.

De acordo com Strauss (1958, p. 242), a *virtù* são as qualidades humanas, as quais não se confundem com as virtudes morais ou com suposto “dom divino”. Dentre tais qualidades, a prudência é a que mais capacita os homens a empreenderem um ritmo diferente à história. Por isso, a primeira prudência política que Maquiavel entende como fundamental é a necessidade de imitar os grandes legisladores da antiguidade, pois estes podem nos ajudar a orientar nossas ações em momentos de adversidade. Imitar os antigos é um artigo de primeira necessidade e, até mesmo, indispensável para fundar Estados duradouros. Num certo sentido, quem observa como os grandes líderes agiram para enfrentar a fortuna e busca imitá-los, ajustando suas táticas ao seu próprio contexto, já demonstra características de um governante virtuoso. Assim, para Maquiavel, os exemplos mais notórios de príncipes virtuosos que se sucederam na história foram Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu. Tais lideranças agiram com cautela ao escolheram seus conselheiros políticos e souberam se valer das oportunidades quando o acaso os presenteavam.

No caso do profeta Moisés, este foi agraciado pela fortuna quando encontrou o povo de Israel escravizado no Egito e apresentou-se, sob respaldo divino, a libertar aquela comunidade (MAQUIAVEL, 1973, p. 30). Os legisladores que fundam ou conquistam reinos podem ter inúmeras dificuldades para mantê-los, como foi o caso de Moisés, mas devido suas qualidades ordenam suas cidades com relativa facilidade. Em relação a Ciro, este precisou encontrar os persas descontentes com os povos medas. Rômulo, após ser abandonado, precisou ter a sorte de ser encontrado e criado por terceiros para que pudesse mais tarde se tornar o fundador de Roma. Teseu precisou encontrar os atenienses desesperados para poder agir a favor dos mesmos. Estas lideranças são dignas de condecorações pelo fato de terem aproveitado as oportunidades mesmo quando essas, aparentemente, se demonstravam adversas.

Ao contrário de outros príncipes que conquistaram o poder, mas não os mantiveram. Estes acabaram por arruinar toda a cidade em razão da inaptidão para o exercício da liderança ou conseguiram manter o reino, mas com extremas dificuldades. Logo, as dificuldades para governar um reino com armas próprias são tremendas quando os príncipes não têm a *virtú* suficiente para reunir o povo em torno de sua liderança. Por isso, os legisladores virtuosos conseguem olhar para a história dos grandes príncipes e aprendem com suas estratégias, estudam as técnicas que

foram bem-sucedidas ou desastrosas à cidade. Mesmo que não consigam repetir tais feitos, pois o movimento histórico é dinâmico, um político prudente deve conhecer os caminhos traçados pelos antigos e adaptá-los as necessidades do presente.

Maquiavel cita dois exemplos distintos desses dois modelos de governantes, aqueles que conquistaram o poder pelos seus esforços, como foi o caso de Francisco Sforza, ou agraciados pela sorte, caso de César Borgia, que ascendeu ao trono favorecido pela sorte de outrem. Francisco Sforza, de cidadão comum, tornou-se respeitado duque de Milão em razão de suas habilidades pessoais, a saber, agarrou as oportunidades quando estas se apresentavam.

Já o duque Valentino César Borgia, que ascendeu ao poder por causa da sorte de seu pai, preocupou-se em como exercer o seu governo, contudo, devido seu “extraordinário azar” acabou por se arruinar tão logo que os problemas se agravaram. Este último, mesmo com este desfecho trágico, Maquiavel o coloca como modelo a ser seguido por aqueles que conquistam o poder, seja por armas de outros ou por sorte. O duque Valentino, mesmo diante das maiores dificuldades não perdeu o ânimo, tampouco, suas ambições políticas, em momento algum se desviou de seu foco, ao contrário, conquistou amigos e observou quem eram seus inimigos. Fez-se amado e ao mesmo tempo temido pelo seu povo, mostrou-se severo e bondoso quando precisava, renovou as instituições políticas, combateu os inimigos do reino, soube conquistar e manter o respeito perante seu exército.

No capítulo 8 de *O Príncipe*, o escritor florentino discute a respeito dos príncipes que conquistaram o poder valendo-se da violência extrema e daqueles que eram cidadãos comuns e ascenderam ao trono com ajuda de terceiros. Quanto aos primeiros, que recorreram apenas à malvadez, Maquiavel cita dois exemplos: O siciliano Agátocles e Oliverotto da cidade de Fermo. Agátocles, desde pequeno, mostrou-se um sujeito maldoso, dedicou-se à violência política desde que se tornou chefe militar. Assumiu importantes cargos na cidade de Siracusa através do uso frequente da força. Numa determinada manhã reuniu o senado e o povo siracusiano e ordenou que o exército assassinasse todos os membros do senado e os mais ricos da nobreza.

Assim, Agátocles governou sem nenhuma oposição civil, fazendo-se temer por todos seus adversários e reinos vizinhos. Mas, foram seus atos de covardia e crueldade indiscriminada perpetrados contra seu próprio povo que não permite colocá-lo na relação dos grandes governantes. Agátocles não utilizou com parcimônia a violência, usou-a de forma indiscriminada e não foi capaz de observar que a autoridade conquistada com o terror não atrai a estima do povo. Logo, a “violência pura” deve ser “episódico”, exceção e não a regra (MERLEAU-PONTY, 2002, p. 304), pois a autoridade mantida através do terror contínuo não garante a legitimidade necessária para estabilizar o domínio sobre um povo.

Quanto a Oliverotto da Fermo, devido suas habilidades pessoais tornou-se chefe de seu exército e contou com a ajuda de seus cidadãos para alcançar o governo. Após longa viagem, Oliverotto da Fermo retornou a sua cidade e foi recebido por João Fogliani, outro chefe político. Durante o banquete e as conversas diplomáticas, a milícia pessoal de Oliverotto assassinou João Fogliani e seus amigos. Posteriormente, estes ameaçaram a magistratura da cidade, que por medo acabaram por nomear Oliverotto o príncipe de Fermo.

Os dois casos descritos por Maquiavel são exemplos de legisladores que por si só não se tornariam governantes, mas por causa do uso da violência extrema ou pela ajuda de alguns cidadãos conseguiram chegar ao trono. Os mesmos conquistaram o poder, mas não o reconhecimento histórico e a glória. Como lembra Arendt (2002, p.301), a glória e a distinção política são proporcionais as grandes ações, assim, em última instância, são julgadas por aqueles que legitimam o poder.

Assim, os exemplos citados por Maquiavel demonstram que tanto Agátocles quanto Oliverotto não eram homens virtuosos. O uso da astúcia, da crueldade, da infidelidade e da violência deve ser tomado em circunstâncias excepcionais e com parcimônia, não devem ser recursos ordinários.

Os exemplos de Agátocles e Oliverotto analisados por Maquiavel apontam que os fins nem sempre justificam os meios, se tal argumento fosse defendido pelo autor italiano todos os atos realizados pelos dois governantes acima citados seriam justificáveis do ponto de vista da aquisição e conservação do poder, ao contrário, nesse capítulo de *O Príncipe*, Maquiavel condena categoricamente a forma como essas figuras históricas agiram. O que o florentino defende é que

quando os fins são benéficos à coletividade, principalmente quando estão em jogo a segurança e a paz da cidade, que se trata de grandes legados, o recurso a determinados meios pode ser justificado. Mesmo assim, tais meios devem ser utilizados com parcimônia e de forma extraordinária.

O tema da *virtù* acompanha toda a narrativa de *O Príncipe* e do *Discorsi*. Porém, na primeira narrativa, a preocupação de Maquiavel é discorrer sobre o conjunto de técnicas que os líderes devem adotar para a aquisição e conservação do poder. Neste aspecto, a *virtù* são habilidades políticas inerentes à pessoa do príncipe. No *Discorsi*, sua preocupação é com as armas que o povo deve utilizar para “maximizar o hábito de cuidar do bem comum” (STRAUSS, 1958, p. 262). Em seu estudo, Strauss (1958, p. 16) também se dispõe a analisar as relações teóricas entre *O Príncipe* e o *Discorsi*. Este autor chama atenção ao fato de em *O Príncipe* o debate centrar-se na seguinte questão: é necessário que os homens conheçam a história e as ações dos grandes líderes, pois ao agirem desta forma os mesmos podem diminuir a zona de influência da fortuna e ampliar as chances de governar os principados ou as repúblicas (Strauss, 1958, p. 54). Assim, Maquiavel fornece saberes práticos àqueles que desejam conquistar e manter o poder nos principados e nas repúblicas. Por conseguinte, *O Príncipe* pode ser dividido em duas seções: a primeira descreve a natureza política dos vários modelos de principados que já existiram; a segunda discute sobre as regras e técnicas que devem ser utilizadas para alcançar o poder (Strauss, 1958, p. 62).

O legislador prudente consegue olhar de maneira diferenciada para a história e os acontecimentos que se desdobram no presente, adaptando suas táticas e ações de acordo com as exigências históricas (Gaille-Nikodimov, 2008, p. 99). Cabe ao príncipe selecionar as melhores estratégias para se apossar dos acontecimentos imprevistos, visto que a “fortuna sorri” àqueles líderes virtuosos que tão somente projetam suas ações, mas que se apoderam das oportunidades oferecidas pelas contingências do tempo (GAILLE-NIKODIMOV, 2008, p. 100).

Sabemos que a *virtù* proposta por Maquiavel não se equivale à virtude cristã, mas nem por isso o filósofo florentino descarta a possibilidade de se valer de tais princípios ou aparentar tê-los de acordo com as necessidades. São as circunstâncias do tempo que determinam o jogo da ação política do príncipe, que poderá ter em seu repertório simbólico e representativo o “*inganno*”, ou seja, a técnica da produção do “juízo do olhar”, da arte da aparência e dissimulação (ADVERSE, 2009, p. 37). Para governar, o legislador deve ter “disponibilidade flexível” (SKINNER, 1996, p. 159), olhar para os acontecimentos e conseguir interpretá-los para tomar as decisões de acordo com as exigências inerentes a esfera política, que podem estar ou não de acordo com o contexto da moralidade cristã. O príncipe, homem de ação, não deve pensar e agir no mundo político valendo-se unicamente de suas convicções pessoais, já que diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, a adaptação às circunstâncias faz a diferença para seus propósitos pessoais e coletivos. Daí a necessidade de Maquiavel falar da importância da tática, da técnica e do cálculo político para que o resultado de suas ações não seja desastroso ao seu governo, e, por consequência, ao povo.

Para falar dessa adaptação e flexibilidade política, Maquiavel vale-se no capítulo 18 de *O Príncipe* da metáfora do leão e da raposa: “Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos” (MAQUIAVEL, 1973, p. 79). Assim, o líder precisa desenvolver as habilidades do leão, usar a força, a coragem, o vigor e ser destemido para superar as dificuldades impostas pela arte política, bem como, utilizar-se da astúcia, rapidez e sutileza da raposa, munindo-se de um arsenal de estratégias virtuosas para se sobressair sobre os adversários e as dificuldades impostas pela fortuna.

Além disso, ao saber que a fortuna “governa a metade das ações humanas” (MAQUIAVEL, 1973, p. 109), no capítulo 25 de *O Príncipe*, Maquiavel ressalta que o legislador virtuoso dificilmente se curvará totalmente ao seu poder avassalador, já que, ao ser simbolizado pela imagem da mulher, a fortuna também deve ser dominada e ter seus desejos contrariados, pois como lembra Pocock (2002, p. 38), a relação entre a *virtù* e a fortuna dentre suas diversas simbologias e metáforas eram representadas em termos de pares opostos. Uma dessas representações concebia estes pares a uma relação sexual entre a figura viril masculina e a figura passiva feminina, que seria dominada

pela força e juventude do homem. A própria ideia de virtus está associada à palavra latina vir que significa homem. A figura 2, pintura de Marc Antonio Raimondi, demonstra a simbologia da Deusa Fortuna durante o período renascentista:

Figura 2. “Hércules virtuoso castigando a la viciosa Fortuna”



Fonte: GARCÍA (1999, p. 321).

Segundo García (1999, p. 321), na imagem observa-se Hércules golpeando violentamente a Fortuna, que, desnuda e agarrada pelos cabelos, se mantém precariamente em equilíbrio ao colocar seus pés em cima de pequenas esferas. Maquiavel não utiliza esta metáfora da dominação masculina fora de contexto. A iconografia do período renascentista ajuda a identificar as influências que estavam atrás de sua metáfora. Assim, compreende-se o seu argumento de que o homem deve valer-se de suas forças e, até de sua violência, para acalmar o ímpeto e caprichos da Deusa.

O instrumental teórico acerca da *virtù* e da fortuna, são duas concepções que Maquiavel mobiliza para estudar a esfera política, espaço da luta pelo poder, da correlação de forças e, por conseguinte, lugar no qual as estratégias e o cálculo político são utilizados com recorrência por aqueles que o disputam. Assim, *virtù* e fortuna são duas variáveis que determinam o êxito e o insucesso das ações humanas. O governante, figura representada pelo príncipe, através de sua *virtù* poderá deixar grandes legados que serão exaltados e imortalizados pela posteridade. A edificação do Estado é, por excelência, a grande obra a ser realizada pelos legisladores prudentes. Uma vez edificado o Estado, o legislador poderá defender o seu povo, lhe garantido segurança, paz e soberania.

A concepção de *virtù* no *Discorsi*

No *Discorsi* Maquiavel amplia sua concepção de *virtù* ao atribuir também ao povo de uma república a capacidade de participar de decisões e se autogoverna mediante a ordenação de instituições garantidoras de liberdade civil. Para isso, é necessário que o povo encontre meios de se proteger de medidas arbitrárias de seus governantes e contra os ataques da fortuna. Dentre o vasto repertório de estratégias a arte da prudência é uma que mais contribui para o movimento de edificação de um regime estável e fundamentado na vida livre.

O exemplo que Maquiavel descreve e analisa no *Discorsi* é a república romana, cidade cujas leis e instituições foram edificadas devido à intensa participação da plebe nos assuntos de natureza

pública, o que a possibilitou contornar as investidas da fortuna e prolongar por mais de três séculos seu ciclo de vida.

De início, é necessário direcionar o nosso foco de análise ao embate ocorrido em Roma entre dois humores distintos representados pela plebe e a nobreza. O povo tornou-se o guardião da liberdade e a “matéria” principal daquele corpo político porque o mesmo soube mobilizar sua *virtù* a favor da conquista e manutenção da liberdade cívica.

Maquiavel descreve a manifestação de tais habilidades ao longo do capítulo 2 e 3 do livro I do *Discorsi* ao descrever que após a nobreza destituir o poder dos últimos reis romanos, houve a ordenação de dois consulados e um senado para representá-los. Foi nesse movimento histórico que paulatinamente a república tornou-se um regime com fortes traços aristocráticos. As medidas tomadas por suas duas instituições atendiam apenas os desejos da nobreza e da aristocracia. A plebe insatisfeita com a arrogância e os excessos daqueles que a governava, passou a lutar, reivindicar direitos políticos e participação nas decisões públicas através de ordenações capazes de representá-la.

Foi preciso que o povo desencadeasse uma série de conflitos com a nobreza, tal como descrito no capítulo 3 e 4 do livro I do *Discorsi*, utilizando-se de greves, revoltas, tumultos, manifestações públicas, fechamento do comércio, fuga para as montanhas da cidade e forte pressão sobre o senado para reverter um cenário político e social contrário as suas vontades.

Ao demonstrar esse vasto repertório estratégico de ações políticas durante as dissensões ocorridas com o senado, o povo percebeu sua força e quais eram as fragilidades da nobreza, a qual acabava por ceder às suas reivindicações. Na análise de Maquiavel, esse conjunto de manifestações teve como efeito a ordenação do Tribunatos da plebe e de assembleias populares, instituições que garantiram à plebe representação e participação política. Através das revoltas populares, Maquiavel vislumbra na plebe habilidades singulares, como a prudência política, que não são observáveis em outras comunidades políticas que institucionalizaram repúblicas.

Para o florentino, as manifestações populares raramente resultaram em violência gratuita e exílios, pois a nobreza sabia que a plebe, população majoritária, caso decidisse se retirar definitivamente da cidade, causaria prejuízos econômicos irreparáveis. Desse modo, a desunião entre a plebe e o senado foi o que motivou a ordenação do tribunato da plebe e transformou Roma em uma república mista que combinou arranjos institucionais monárquicos, aristocráticos e populares, representados pelo consulado, o senado e os tribunos.

Com a criação desta última instituição, a plebe conseguiu controlar as ambições insaciáveis da nobreza por dominação. Deste modo, Maquiavel fundamenta um de seus argumentos centrais do *Discorsi*: “em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles” (MAQUIAVEL, 2007, p. 22). Isto é, a teoria do conflito civil desenvolvesse com base nesses episódios de tensões sociais ocorridos entre dois grupos que tinham por ambição objetos distintos, a nobreza, a dominação, e a plebe, de não se submeter as suas arbitrariedades.

As discórdias sociais também são analisadas no capítulo IX de *O príncipe* quando Maquiavel lembra que “em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo” (MAQUIAVEL, 1973, p. 45). Então, a presença de conflitos sociais em repúblicas, como a romana, e um povo como habilidades para legitimar sua atuação perante a cidade é capaz de estabilizar o regime e a experiência da liberdade civil.

Assim, Maquiavel consegue estabelecer críticas a tradição intelectual de sua época que eram pessimistas ao analisar a função dos conflitos sociais no interior de uma república. Até então, segundo os princípios da *vita contemplativa*, os regimes só se tornariam estáveis caso as discórdias entre os grupos da cidade fossem anuladas (Pocock, 2002, p. 132). Entretanto, fugindo a este prognóstico, Maquiavel argumenta que a dissensão social é inevitável, é parte constitutiva da própria condição humana e pode, quando canalizado, garantir a vitalidade do corpo político. Contudo, nem todo corpo político, lembra o florentino, está preparado ou têm a vocação histórica para canalizar tais ambições a favor da própria liberdade. Daí a necessidade de as repúblicas terem governantes e um povo capazes de arquitetar boas instituições que consigam criar boas leis que

regulem as paixões dos seus cidadãos.

Porém, devemos observar que essa reverência de Maquiavel a favor do povo, não deve ser analisada de forma acrítica, porque este só é capaz de guardar a liberdade enquanto consegue empregar sua *virtù* para tal finalidade. Isso significa que Maquiavel não tem uma visão “romântica” do povo (Silva, 2010, p. 51) ou que o povo seja o fiel depositário de um “bom desejo” oposto a um “desejo perverso” da nobreza (Bignotto, 1991, p. 96). A questão é que o povo romano, ao se apresentar como o defensor da liberdade, cumpriu uma “função” cujos resultados beneficiaram toda a cidade, o que só foi possível porque o seu conteúdo era político e voltado ao bem comum (Adverse, 2007, p. 33).

Maquiavel nos mostra que às repúblicas não devem entregar o seu destino à sorte, pois assim como ela pode trazer eventuais presentes, pode levá-la em curto espaço de tempo a ruína, e, dessa ruína Roma pôde resistir enquanto soube cultivar valores compatíveis com a vida livre. Quanto à zona de influência da fortuna, pode-se dizer que o seu campo de atuação sofre relativas mudanças porque ela continua a interferir na ação política dos governantes, mas impõe obstáculos principalmente ao povo e as instituições republicanas.

Essa série de ações virtuosas da plebe narradas por Maquiavel demonstra que durante o percurso daquela república houve o cultivo de “bons costumes” entre seus cidadãos, o que, sem dúvida, favoreceu o respeito às leis e as magistraturas. Dito isto: “E quem estudar o povo romano verá que, durante quatrocentos anos, ele foi inimigo do título régio e amante da glória e do bem comum de sua pátria; verá nele muitos exemplos capazes de dar testemunho dessas coisas” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 169). O povo mostrou-se um ator político prudente, cometeu poucas decisões equivocadas, tornando-se a “cabeça” e matéria principal daquele corpo político. Desse modo, devido a sua *virtù*, a república conseguiu enfrentar os ataques da fortuna e resistir às adversidades trazidas pelo tempo, assim como, conheceu à glória cívica.

Considerações Finais

O referido texto centrou-se na discussão sobre *virtù* e fortuna nos escritos de Maquiavel. Indagamos se em *O Príncipe* e no *Discorsi* as concepções de *virtù* e fortuna apresentam as mesmas conotações e equivalência. Durante o estudo, a hipótese com a qual se trabalhou foi de que a *virtù* da qual Maquiavel explora em *O Príncipe* são qualidades políticas e morais que pertencem ao governante – uma *virtù* pessoal –, e a fortuna são indeterminações e acasos que se opõe aos desejos e projetos humanos e investem contra a ação política do governante, sobretudo, quando este busca edificar um Estado duradouro e seguro.

No *Discorsi*, a *virtù* da qual o florentino relata são qualidades e habilidades políticas atribuídas ao povo – a plebe romana-, quanto à fortuna, ela passa a investir suas energias, sobretudo, contra o povo e as instituições republicanas. Assim, argumentamos que a *virtù* pode estar presente tanto na figura do príncipe quanto no povo – o guardião da liberdade –, ou seja, ela pode apresentar uma dimensão pessoal e coletiva. Desse modo, podemos sustentar que o par *virtù* e fortuna fundamenta o pensamento político de Maquiavel e está na base do movimento de estabilidade dos principados e das repúblicas.

Referências

ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. **Trans/form/ação**, Marília, V.34, n.1, pp.21-42. 2007.

ADVERSE, Helton. **Maquiavel: política e retórica**. Editora UFMG, 2009.

ARENDRT, Hannah. Notas sobre a política e o Estado em Maquiavel. In: Hannah Arendt e Merleau-Ponty sobre Maquiavel. **Lua nova**, São Paulo, nº 55-56. 2002.

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. **Maquiavel**. Lisboa: Portugal, Edições 70, 2008.

GARCÍA, José María González. Someter la ocasión, domar la fortuna. (Orgs.) Aramayo, Roberto Rodríguez; *et al.* **La herencia de Maquiavelo**: modernidad y voluntad de Poder. Editora: Fondo de Cultura Económica, Madrid, 1999, pp.303-326.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**: Escritos políticos. 1ª ed. Coleção Os pensadores, 1973.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MERLEAU-PONTY. Sobre Maquiavel. In: Hannah Arendt e Merleau-ponty sobre Maquiavel. **Lua nova**, São Paulo, nº 55-56. 2002.

POCOCK, J. G. A. **El momento maquiavélico**: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica. Traducción de Marta Vázquez-Pimentel y Eloy García. Madrid, Editorial Tecnos. 2002.

SILVA, Ricardo. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 25, Nº 72, Fevereiro. 2010.

SILVA, Ricardo. Da honra ao patrimônio: conflito social e instituições políticas nos *Discorsi* de Maquiavel. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (12): p.43-66. 2013.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

STRAUSS, Leo. **Thoughts on Machiavelli**. The free press, Glencoe, 1958.

Recebido em 01 de julho de 2019.

Aceito em 25 de janeiro de 2022.